

O Monitor de Angola

Nº2, 2013

O Monitor de Angola aborda política, economia, desenvolvimento, democracia e direitos humanos em Angola. É publicado trimestralmente pela Ação pela África Austral (ACTSA, sigla em inglês).

Esta edição aborda, nas notícias políticas, os pedidos do Presidente ao MPLA para que renove seus valores, o orçamento de 2013, e apelos para que um acordo da dívida com a Rússia seja investigado. Na seção econômica, cobre a descoberta de uma grande jazida de diamantes em Lunda Norte, críticas aos investimentos angolanos na mídia portuguesa, e a colocação da Sonangol na posição de segunda maior empresa na África. Nas notícias sobre direitos humanos, esta edição cobre a visita da Alta Comissária pelos Direitos Humanos da ONU, Navi Pillay, ao país, a mais recente repressão contra manifestantes, e despejos forçados em Maiombe. Na seção sobre desenvolvimento, a consulta do país acerca dos Objetivos do Milênio e um novo programa de regeneração do Parque Nacional de Iona são relatados.

A edição também está disponível em inglês.

Mensagens de nossos leitores são bem-vindas. Por favor envie os comentários para campaigns@actsa.org. Para mais notícias e informações sobre Angola e a África austral, visite o site do ACTSA: www.actsa.org.

Política

Presidente diz ao MPLA que o partido precisa renovar seus valores

O Presidente Eduardo dos Santos disse ao comitê central do MPLA, em 25 de janeiro, que o partido precisa renovar seus valores e abordagens além de melhorar a prestação de serviços nos municípios. Também criticou a política de alocação de quadros (entrega de postos-chave a membros do partido), afirmando que a prática é problemática e que havia criado conflitos de interesse. O Presidente Eduardo dos Santos pediu que pessoal qualificado fosse recrutado para programas mais “eficientes” e “disciplinados”.

O pronunciamento aumentou especulações sobre um rearranjo dos governadores provinciais em resposta ao crescente descontentamento relacionado à prestação de serviços em nível municipal. Embora o MPLA tenha conseguido manter sua maioria de dois terços na eleição nacional de 2012, o partido também sofreu grandes perdas em diversas áreas urbanas, especialmente em Luanda. Isto gerou preocupação no partido diante das primeiras eleições locais no país, previstas para 2015.

Após o discurso do Presidente, há crescente especulação de que Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento, Governador de Luanda e primeiro secretário provincial do MPLA, perderá seu posto, já que Eduardo dos Santos alegou que os problemas em Luanda são mais graves. Alguns membros do MPLA culpam Bento Bento pela queda no apoio ao partido na capital.

Orçamento de 2013 aprovado a despeito de dissonância

O orçamento nacional de 2013 foi aprovado pelo parlamento em 14 de fevereiro. É esperado que as finanças públicas permaneçam saudáveis, embora o governo espere que o balanço fiscal entre em déficit devido à incorporação de algumas das operações financeiras da estatal petrolífera Sonangol ao orçamento. A medida foi encorajada pelo FMI para melhorar a transparência. O governo estima um crescimento da taxa do PIB de 7,1 por cento e baseou o orçamento sobre uma cotação conservadora para o petróleo, de US\$96 por barril. Espera-se que a produção de petróleo aumente de 1,8 milhões de barris por dia para 1,84 milhões. Receitas do petróleo compõem aproximadamente três quartos da receita doméstica, fazendo com que o orçamento seja altamente vulnerável aos preços flutuantes. Caso

as cotações do petróleo sejam mais altas que o governo estima, o que é previsto por alguns comentaristas financeiros, há a probabilidade de haver um superávit orçamentário.

O debate acerca do orçamento vivenciou oposição no Parlamento, com a UNITA e CASA-CE utilizando a discussão para colocar suas inquietações sobre as prioridades orçamentárias, algo incomum em Angola. Ambos os partidos criticaram a alocação de dezessete por cento do orçamento à defesa e à segurança, questionando a necessidade por gastos tão elevados nestas áreas onze anos após o término da guerra.

Segundo o governo, o orçamento iria cumprir a promessa eleitoral do MPLA ao direcionar um terço do orçamento à educação, saúde, bem-estar social e moradia. Entretanto, a CASA-CE, segundo maior partido da oposição, declarou que este argumento é enganoso. “O aumento dos recursos para o setor social é uma falácia, já que a maior porção do orçamento está alocada para subsidiar preços dos combustíveis, algo que beneficia os poucos ricos em Angola e não a maioria pobre da população.”

Em uma tentativa de diversificar a economia e reduzir a dependência sobre a indústria do petróleo, o governo ainda prometeu um aumento nos investimentos públicos em infraestrutura para apoiar a agricultura, indústria e mineração. O orçamento foi aprovado com 155 a favor, 38 contra e cinco abstenções.

Campanha por investigação sobre acordo de dívida com a Rússia

Membros do grupo anticorrupção Associação Mãos Livres lançaram processos legais na Suíça e em Angola a respeito de um acordo de pagamento de dívida entre Angola e Rússia. Uma acusação criminal foi encaminhada ao gabinete do Procurador Federal da Suíça, solicitando que uma investigação anterior sobre o acordo, fechada em 2004, seja reaberta devido a novas informações reveladas por um relatório publicado em abril pelos grupos Corruption Watch UK e a Associação Mãos Livres. Foi encaminhada ainda uma acusação criminal aos tribunais angolanos, após uma acusação anterior, de 2006, não ter sido trabalhada pelo gabinete do Procurador.

O relatório, intitulado “*Deception in High Places: The Corrupt Angola-Russia Debt Deal*” (“Fraude no alto escalão: o acordo corrupto da dívida entre Angola e Rússia”) alega que os pagamentos do governo pela dívida histórica de Angola com a Rússia, produzida durante a época soviética, foram desviados para contas particulares de negociantes de armas europeus, de um oligarca Russo e do Presidente José Eduardo dos Santos e outros oficiais, após um acordo sobre a dívida assinado em 1996 entre Angola, Rússia e Abalone, uma intermediária *offshore* privada.

O relatório também acusa banqueiros sêniores da Swiss Banking Corporation de facilitar a transação. David Mendes, o advogado angolano que foi um dos signatários da acusação disse: “Agora sabemos muito mais sobre o destino dos recursos e de como este acordo corrupto foi arranjado. O sistema bancário suíço permitiu que este dinheiro fosse roubado de um dos países mais pobres do mundo; a Suíça ainda pode investigar todos que facilitaram isso e procurar a restituição.”

O Diretor da Corruption Watch UK e co-autor do relatório, Andrew Feinstein, disse que “Assim como novas informações sobre beneficiários e contas bancárias, também temos perguntas sobre como as evidências anteriores foram interpretadas, especialmente em relação a um depoimento dado por uma testemunha especializada na época.”

O relatório apela ao Parlamento angolano para que uma comissão independente seja estabelecida para investigar a dívida e outros casos de corrupção. Também urge ao Procurador Geral que investigue qualquer funcionário público que possa ter se beneficiado ilegalmente deste ou de qualquer outro acordo. Além de reabrir investigações, o relatório conclama ao governo suíço para que a transparência de empresas que negociam *commodities* seja aumentada e que controles sobre a lavagem de dinheiro sejam ampliados.

Angola comemora onze anos de paz

Angola comemorou o 11º ano do término de sua guerra civil e a assinatura do acordo de paz entre MPLA e UNITA no dia 4 de abril, sob o lema “Unidos, defendamos a paz e a democracia”. O Governador de Luanda Bento Bento esperava que um milhão de pessoas comparecessem às comemorações principais em Luanda, enquanto atividades políticas, culturais e desportivas aconteceram em todo o país.

Governo lança investigação criminal acerca de tumulto e pisoteamento em igreja

O governo abriu uma investigação criminal para apurar o trágico tumulto em evento realizado na noite do Ano Novo por uma igreja pentecostal no Estádio Cidadela Desportiva, em Luanda. Dezesseis pessoas morreram e mais de 120 ficaram feridas quando 250 mil pessoas tentaram adentrar o estádio para assistir ao evento da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), divulgado como “O Dia do Fim.”

A Presidência culpou o evento por propaganda enganosa e decretou uma suspensão de 60 dias da igreja, assim como uma investigação criminal. Alguns criticaram a suspensão por ser uma cortina de fumaça para distanciar figuras-chave do MPLA da igreja, incluindo o governador de Luanda, Bento Bento, e retirar a responsabilidade por segurança do governo. A IURD alega ter meio milhão de fiéis em Angola.

Economia

De Beers confiante em receber nova concessão de diamantes

A mineradora De Beers está confiante em ter identificado uma jazida de diamantes de primeira grandeza em Lunda Norte. A empresa encontrou diamantes em uma concessão de três mil quilômetros quadrados próximo a Lucapa, a 800 quilômetros a leste de Luanda. Esta é uma das cinco concessões exploradas por De Beers no país desde seu retorno em 2005.

O gerente de negócios da De Beers Angola, Pedro Lago de Carvalho, disse: “Estamos confiantes que podemos encontrar algo que nos permitirá recuperar todo nosso investimento,” fazendo referência aos US\$250 milhões que a empresa gastou com exploração. De Beers, pertencente à Anglo American, tem uma grande equipe de exploração em Angola, com até 200 funcionários.

Estudos de avaliação de três jazidas minerais detalhando o valor econômico da concessão devem ser publicados em breve, após o qual a De Beers acertará os termos do contrato de mineração com a estatal de mineração de diamantes, Endiama. A De Beers possui 49 por cento das ações da concessão Mulepe sendo o restante pertencente à Endiama. As leis de mineração em Angola foram modificadas em 2011, reduzindo a porção mínima que deverá pertencer ao governo para dez por cento e reduzindo o imposto sobre as sociedades.

A De Beers está claramente confiante nos recursos em diamante de Angola. O chefe de estratégia, Bruce Cleaver, disse que Angola é “provavelmente o país com maior potencial para a exploração de diamantes no mundo. Se há uma grande mina a ser encontrada, será em Angola.”

Jornalistas portugueses criticam o investimento de Angola nos meios de comunicação de Portugal

Jornalistas em Portugal questionaram o impacto dos crescentes interesses angolanos no setor de mídia do país. Desde o início da crise econômica global, investidores angolanos têm investido cada vez mais nos setores bancário, de telecomunicações, energia e mídia. Alega-se que muitos investidores que conquistaram sua riqueza através das indústrias de petróleo e diamante são ligados ao MPLA.

Diversos canais de comunicação receberam bem o novo investimento, especialmente num momento em que um grande número de veículos está demitindo seus funcionários devido à queda em receitas publicitárias. Entretanto, alguns temem que o controle rígido do governo angolano sobre sua própria

imprensa levará à crescente autocensura dentro da mídia portuguesa, particularmente porque diversas publicações portuguesas são populares em Angola.

Preocupações foram levantadas sobre o grupo de mídia chamado Newshold, dono de ações em diversos veículos de comunicação importantes e que tem demonstrado interesse em comprar a emissora pública, Rádio e Televisão Portuguesa, caso o governo decida vender. A Newshold pertence à Pineview Overseas, baseada no Panamá, cujos acionistas incluem grandes investidores angolanos.

Rui Tavares, membro do Parlamento Europeu pelo Partido Verde português, disse, “Meios de comunicação sem dinheiro, ao menos alguns deles, acham que podem ser salvos pelo dinheiro angolano... Portanto, eles têm interesse em manter boas relações com Angola, o que leva à autocensura.”

O grupo defensor da liberdade de expressão norte americano, Freedom House, classificou os meios de comunicação em Angola como “não livres” em seu Relatório sobre a Liberdade de Imprensa de 2012.

Sonangol classificada como segunda maior empresa da África

A petrolífera estatal Sonangol é a segunda maior empresa na África segundo a revista Jeune Afrique. O levantamento anual que classifica 500 empresas africanas e empresas cujas sedes estão na África colocou a Sonangol atrás da Sonatrach, empresa de combustível argelina, pelo segundo ano consecutivo.

Outras empresas angolanas incluídas no estudo foram a Total E&P Angola (em 50º lugar), a mineradora Catoca Sociedade Mineira (em 227º lugar) e a estatal mineradora de diamantes Endiama (em 128º lugar).

Sonangol obtém volumoso empréstimo com Banco de Desenvolvimento da China

A estatal petrolífera Sonangol acordou um empréstimo de US\$1,32 bilhões com o Banco de Desenvolvimento da China (BDC). Detalhes sobre o destino do empréstimo de dez anos ainda não foram revelados. Desde 2004, o país aceitou praticamente US\$15 bilhões em linhas de crédito chinesas garantidas por petróleo angolano.

O último empréstimo fortalece ainda mais as relações diplomáticas entre os dois países que são em grande parte focadas no petróleo. Em anos recentes Angola tem assistido crescentes interesses chineses nos setores da construção, das telecomunicações, comércio, energia e mineração.

Direitos Humanos

Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU visita Angola

A Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, Navi Pillay, visitou Angola no final de abril. Ao final da visita de três dias, durante os quais ela se reuniu com a sociedade civil, o Presidente, ministros, o Tribunal Constitucional e o Governador de Lunda Norte, ela falou com jornalistas.

A Alto Comissária falou sobre o progresso feito por Angola nos últimos dez anos, desde o final da guerra civil, especialmente com relação ao rápido desenvolvimento da infraestrutura no país. Ela fez menção à construção de escolas, infraestrutura médica, moradia, estradas, prisões, à melhoria dos serviços públicos e na desminagem; porém, manifestou preocupação com as polêmicas relacionadas a estas obras de desenvolvimento, especialmente dentro e no entorno de Luanda. Ela notou uma vasta e crescente desigualdade entre os mais ricos e mais pobres e os “métodos, por vezes muito duros, usados para expulsar as pessoas de terrenos destinados ao desenvolvimento.” Muitos dos recentes projetos de moradia estão além das possibilidades da maioria e os recentes despejos forçados em Luanda receberam muitas críticas internacionais. Navi Pillay disse que “as pessoas nunca devem ser

despejadas e suas casas demolidas sem consulta prévia, remuneração adequada e habitação alternativa disponibilizada.” Ela fez um apelo ao governo para cumprir as normas internacionais relativas a realocações e combinou uma visita da Relatora Especial da ONU sobre o Direito à Moradia Adequada.

Em seu encontro com o Presidente Eduardo dos Santos a Alta Comissária levantou preocupações sobre a necessidade de enfrentar a corrupção, o desemprego, o alto custo de vida e pobreza extrema nos próximos quatro a cinco anos. Ela também conclamou ao governo a fazer mais para registrar milhões de angolanos e alertou sobre o potencial impacto sobre suas vidas se isto não for feito. Das crianças com menos de cinco anos de idade, 68% não são registradas.

Um dos grandes focos da fala de Navi Pillay foi sobre a necessidade de fortalecer as garantias aos direitos humanos. Apesar de ter recebido bem mudanças na Constituição e no Tribunal Constitucional e ter reconhecido algum progresso na melhoria dos direitos da mulher, ela assinalou grande preocupação com relação ao acesso à justiça e restrições à liberdade de reunião, de expressão e de imprensa.

Ela criticou a polícia por “às vezes suprimir protestos de forma pesada” e destacou relatos sobre a detenção arbitrária e uso excessivo de força, especialmente em Cabinda. A Comissária recebeu garantias do Ministro do Interior e do Procurador Geral de que a investigação sobre o desaparecimento de dois organizadores de manifestações em maio de 2012 seguia e que todos os responsáveis por abusos seriam julgados.

Ela criticou restrições sobre a sociedade civil dizendo que “organizações da sociedade civil estão se sentindo claramente vulneráveis e, portanto, restringidas em Angola. A liberdade de reunião, a liberdade de manifestação e a liberdade para investigar e expor os possíveis abusos não devem ser prejudicadas por ameaças e intimidações por parte das autoridades”.

Sobre a liberdade de imprensa, Navi Pillay disse que a lei sobre difamação ameaça o jornalismo investigativo e pediu que o governo respeite as críticas, “suspenda as restrições e amplie o alcance da mídia independente... e aumente o acesso de diferentes pontos de vista aos meios de comunicação estatais.”

Após sua visita à fronteira com a RDC a Alta Comissária demonstrou grande preocupação com relação ao abuso contínuo, incluindo abuso sexual, de migrantes para Angola pelas forças de segurança angolanas e oficiais de fronteira. Ela deixou claro que os abusos de direitos humanos eram inteira responsabilidade do governo e fez um apelo para ação, incluindo uma investigação aprofundada que atravessasse as fronteiras e que sensibilize as forças de segurança para tornar claro que o abuso sexual de mulheres migrantes não será mais tolerado.

Navi Pillay também recebeu bem o compromisso do governo para melhorar os direitos humanos e propôs a implementação de uma Instituição Nacional de Direitos Humanos (INDH), de acordo com o sistema internacional conhecido como Princípios de Paris, adotado por mais de cem países.

Polícia dissolve protesto jovem

Em 30 de março, 18 jovens foram presos pela polícia nacional em Luanda na primeira manifestação jovem do país desde as eleições em agosto último.

Aproximadamente cem policiais nacionais, incluindo cavalaria e policiais com cães, bloquearam os manifestantes, estimados em torno de 50, enquanto se reuniam no cemitério de Santa Ana. Dentre os presos estava o rapper Luaty Beirão e Adolfo Campos, uma liderança do Movimento Revolucionário Jovem. Todos foram soltos pela polícia no mesmo dia, sem serem acusados formalmente. Diversos manifestantes alegadamente apanharam com cassetetes pela polícia. Segundo o grupo Central Angola 7311, o protesto havia cumprido todas as exigências legais.

O diretor da polícia para Ordem Pública do comando policial de Luanda, Orlando Bernardo, disse que não havia motivos para realizar a manifestação. Ele disse a jornalistas impedidos de cobrir os protestos que “Agentes policiais perceberam que um grupo jovem pretendia iniciar uma manifestação [não-pacífica] em frente ao cemitério Santa Ana... Doze manifestantes foram levados à delegacia, após inspeção foram encontradas cinco bisnagas com uma substância sem qualquer periculosidade, o que resultou posteriormente em suas libertações.”

O protesto “Direito à Vida e Liberdade de quem pensa diferente” foi convocado pelo Movimento Revolucionário Jovem para exigir que o governo se manifeste sobre o desaparecimento de dois ativistas, Alves Kamulingue (organizador de manifestações) e Isaías Cassule, em maio de 2012.

Governo expulsa moradores de Maiombe

No início de fevereiro, militares, Polícia de Intervenção Rápida e seguranças particulares despejaram mais de cinco mil moradores do bairro Maiombe, no município de Cacuaco em Luanda, enquanto casas eram demolidas com retroescavadeiras. As autoridades disseram que as famílias estavam ocupando ilegalmente terra governamental. Ao menos quarenta moradores foram presos e formalmente acusados de ocupação ilegal de terra ou desobediência. Segundo a Human Rights Watch os julgamentos sumários não cumprem normas internacionais.

Foi relatado que as famílias despejadas não foram notificadas do despejo, porém, Rafael Morais, coordenador da organização de direitos de moradia SOS Habitat, disse que alguns moradores ouviram boatos sobre as demolições três dias antes. Enquanto as autoridades providenciaram transporte para moradores e suas posses, muitos disseram que não foi dado tempo suficiente para juntarem seus pertences. Moradores foram temporariamente realocados em uma área de trânsito no bairro Kaope-Funda, ainda no município de Cacuaco, mas não receberam abrigo, água potável ou saneamento. Alegou-se que o processo de registro para a realocação foi longo e que a área não conta com infraestrutura básica.

Segundo a Anistia Internacional, os despejos não cumpriram com o regulamento do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, das quais Angola é signatária como estado-nação. A ACTSA escreveu ao governo angolano para manifestar preocupação sobre os despejos.

Leslie Lefkow, vice-diretor da Human Rights Watch na África disse: “É um desaforo primeiro despejar as pessoas com força bruta, sem aviso prévio ou tempo para as pessoas se prepararem, para então prendê-las quando são deixadas sem teto, destituídas... O governo deveria garantir imediatamente que os despejados de Maiombe tenham acesso a locais abrigados e que recebam compensação pelas perdas materiais incorridas pela ação do governo.”

Em 23 de fevereiro, uma delegação de 50 membros da UNITA incluindo o presidente do partido, Isaías Samakuva, foi impedida pelas forças de segurança de encontrar com a comunidade; alguns foram espancados.

Generais processam jornalista por livro sobre diamantes de sangue

Um grupo de oito generais angolanos está processando o jornalista Rafael Marques e a editora Tinta-da-China pela publicação de seu livro de 2011, intitulado *Diamantes de Sangue: Corrupção e Tortura em Angola*, em Portugal.

Rafael Marques foi notificado da ação em 7 de março. Os generais pedem €300 mil em compensação por calúnia e difamação. O processo civil segue uma acusação criminal fracassada requerida por nove generais da qual a Procuradoria-Geral da República de Portugal desistiu, após decidir que o material investigativo contido no livro era de interesse público e que não havia evidência de que o autor havia difamado os generais.

O livro acusa soldados angolanos e guardas da Teleservice de abusos contra os direitos humanos – incluindo assassinato e tortura – relacionados à indústria de diamantes. Os generais são acionistas da empresa de segurança Teleservice assim como da mineradora Sociedade Mineira do Cuango.

No início de abril, Rafael Marques foi questionado e considerado suspeito pelo Departamento de Combate ao Crime Organizado, da Direção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), após ser acusado por três acionistas e gerentes da empresa ITM-Mining de difamação pelo seu livro *Diamantes de Sangue*.

O próprio Rafael Marques anteriormente fez uma acusação formal criminal ao Gabinete do Procurador Geral angolano depois da publicação do livro em novembro de 2011. O Procurador Geral arquivou o caso após um inquérito sumário no qual ele ouviu quatro testemunhas.

Houve considerável interesse internacional relacionado à questão. Rafael Marques compareceu na União Europeia em fevereiro e na Organização de Cooperação Econômica e Desenvolvimento em abril.

Assistência e Desenvolvimento

ONU encontra sociedade civil para rever Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Em fevereiro, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Sindicato Nacional dos Professores (Sinprof) organizaram uma conferência regional na província de Huila para avaliar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e seu futuro.

O encontro reuniu professores, sociedade civil, governo, líderes religiosos e jovens para discutir e contribuir com a agenda de desenvolvimento pós-2015 (sucessora aos ODMs). Angola é um dos dezenove países na África realizando consultas acerca das prioridades locais e nacionais que irão ser acrescentadas ao relatório da ONU para a Assembleia Geral ainda este ano, sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015.

Dois projetos apoiados pelo PNUD, concentrados no ODM nº3 – “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”, chegaram ao final de seu primeiro ano de funcionamento em fevereiro. Os projetos concentram-se na autonomia das mulheres e nos direitos educacionais e políticos, sociais e econômicos.

Em Huambo e Bie, o projeto Ester tem fornecido capacitação às mulheres, especialmente na área da agricultura, alfabetização, empreendedorismo, direitos sociais e econômicos. Tem ainda incentivado participação nas eleições de 2012. Em Luanda, a Associação Angolana para a Educação de Adultos tem promovido grupos de alfabetização para adultos, com 270 estudantes realizando um curso de alfabetização de três anos em Zango e 1100 estudantes recebendo treinamento em Viana.

Programa de revitalização do Parque Nacional de Iona acordado

Um acordo assinado em abril entre o Ministério do Ambiente angolano, a *Global Environment Facility*, a União Europeia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento garantirá que as agências trabalharão juntas para proteger o Parque Nacional de Iona, de 1,5 milhões de hectares, uma área de conservação costeira que abrange a fronteira entre Angola e Namíbia. O ecossistema único do parque abriga raros animais selvagens e diversas plantas raras, específicas da área.

A pobreza e o acesso à água representam grandes desafios às 15 mil pessoas que vivem no parque nacional. O projeto de US\$10 milhões ambiciona providenciar infraestrutura, equipamento e capacitar guardas florestais para lidar com o problema crescente de caça ilegal na área. Também apoiará ecoturismo baseado nas comunidades, para que as comunidades locais recebam apoio.

As matérias do Monitor de Angola não representam necessariamente qualquer posição acordada pelo ACTSA.